

Os salários dos professores nas universidades

Comparar salários de docentes do ensino superior entre países da União Europeia é, praticamente, uma tarefa impossível.

Os sistemas são muito diversos na forma como se organizam, subdividindo-se em subsistemas diferenciados (universitário, politécnico, colégios universitários, ...), e as categorias das carreiras (e as suas implicações salariais) são heterogéneas, tendo essas duas dimensões claras implicações no domínio remuneratório. Em vários países os salários têm componentes variáveis significativas, não podendo a base fixa do salário constituir um termo de comparação. Se há casos, como o português, em que a base salarial dos docentes do ensino superior é nacional, noutros países (como a Suécia,

por exemplo) a base é fixada institucionalmente, contando com uma participação ativa dos sindicatos. Acresce que vários países mudaram as regras nos últimos anos, tendo, formalmente, bases remuneratórias diferenciadas para quem ficou integrado no antigo e para quem foi incluído no novo plano remuneratório. Outros, como é o caso português com a adoção do regime fundacional, fomentaram a diversidade, pagando diferenciadamente os mesmos níveis de carreira.

Uma generalizada falta de transparência e a ausência de uma cultura sólida de prestação de contas na gestão das instituições de ensino superior, a que se junta a tendência para que o nível salarial esteja associado ao mérito e não à senioridade, tornam difícil calcular e comparar salários médios. Restará, se

quisermos fazer comparações, usar indicadores indiretos, comparando, por exemplo, salários em diferentes níveis (entrada, meio e topo da carreira) por referência ao PIB, ao poder de compra, ao custo de vida, entre outros.

Indo por essa via, no ensino superior, situando-se claramente abaixo da média da UE, Portugal aparece na cauda de um segundo grupo de países, pagando salários médios ajustados ao custo de vida semelhantes aos

que são pagos na Grécia, inferiores aos salários pagos em Espanha e Itália, sendo metade ou menos dos salários pagos nos países do norte e centro da Europa e o dobro ou mais dos salários auferidos nos países com menores disparidades salariais (países do ex-Bloco de Leste). Portugal destaca-se também como um dos

países com maior nível de disparidade entre salários masculinos e salários femininos, por conta de uma nítida masculinização dos lugares de topo de carreira.

Neste contexto, em Portugal, é particularmente relevante, e merecedora de correção, a disparidade existente entre os salários de topo de carreira e os salários de base. Até porque, Portugal está entre os países onde essa disparidade é maior, sendo os salários mais baixos cerca de 1/3 dos mais elevados, relação que na Alemanha, por exemplo, se aproxima dos 2/3. Tanto mais que as instituições de ensino superior portuguesas se têm revelado incapazes de promover, nos termos fixados na Lei, os seus docentes aos níveis intermédios e de topo das carreiras.



PAULO PEIXOTO

Universidade de Coimbra

“Portugal está entre os países onde essa disparidade é maior, sendo os salários mais baixos cerca de 1/3 dos mais elevados, relação que na Alemanha, por exemplo, se aproxima dos 2/3.”